CC BY

DOI: 10.22456/2238-152X.142738

Programa Saúde Na Escola: Pistas Para Produção De Rede Viva

School Health Program: Clues For Producing A Living Network

Programa De Salud En La Escuela: Pistas Para La Producción De Una Red Viva

Vinicius Cardoso Pasqualin

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Suzana Feldens Schwertner

Universidade do Vale do Taquari (Univates), Lageado, RS, Brasil.

Rosemarie Gartner Tschiedel

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Resumo

O presente artigo abrange o campo das políticas públicas de saúde escolar, com recorte no Programa de Saúde na Escola (PSE). Tem o objetivo de analisar quais os processos de subjetivação que se produzem entre os profissionais de saúde e de educação, participantes do Programa Saúde na Escola, no município de Guaíba – RS, a partir de uma extensão universitária. A perspectiva metodológica faz o movimento dialógico de pesquisar e promover a extensão universitária, atravessando o ensino de modo a desnaturalizar e problematizar práticas do cotidiano, articulando com a pesquisa-intervenção da Análise Institucional, deslocando para o que chamamos aqui de pesquisa-extensão. Os dados produzidos refletem a heterogeneidade do território, caracterizado por desafios específicos nas áreas de saúde e educação. Ao observar esses encontros, observe-se que o contexto territorial influencia diretamente as trocas e construções coletivas, modulando as ações do PSE para melhor atender às necessidades locais da comunidade, além de apresentar alternativas de modelos pedagógicos, e a extensão universitária como possibilidade de produção de encontros. Assim, a pesquisa-extensão constitui uma dimensão ética de pesquisa, que possibilita pesquisar e intervir "com" – universidade, profissionais, comunidade.
Palavras-chave: Intersetorialidade; Pesquisa-Intervenção; Subjetivação; Saúde Escolar.

Resumen

El presente artículo abarca el campo de las políticas públicas de salud escolar, con un enfoque en el Programa de Salud en la Escuela (PSE). Tiene como objetivo analizar cuáles son los procesos de subjetivación que se producen entre los profesionales de salud y educación que participan en el Programa de Salud en la Escuela en el municipio de Guaíba – RS, a partir de una extensión universitaria. La perspectiva metodológica adopta un movimiento dialógico de investigación y promoción de la extensión universitaria, atravesando la enseñanza de modo que desnaturalice y problematice las prácticas cotidianas, articulándose con la investigación-intervención del Análisis Institucional, desplazándose hacia lo que aquí llamamos investigación-extensión. Los datos producidos reflejan la heterogeneidad del territorio, caracterizado por desafíos específicos en las áreas de salud y educación. Al observar estos encuentros, se observa que el contexto territorial influye directamente en los intercambios y construcciones colectivas, modulando las acciones del PSE para atender mejor las necesidades locales de la comunidad, además de presentar alternativas de modelos pedagógicos, y la extensión universitaria como una posibilidad de producción de encuentros. Así, la investigación-extensión constituye una dimensión ética de investigación que permite investigar e intervenir "con" – universidad, profesionales, comunidad.

Palabras clave: Intersectorialidad; Investigación-Intervención; Subjetivación; Salud Escolar.

Abstract

The present article covers the field of public policies on school health, with a focus on the School Health Program (PSE). It aims to analyze the processes of subjectivation produced among health and education professionals participating in the School Health Program in the municipality of Guaíba – RS, through a university extension project. The methodological perspective employs a dialogical approach to research and promote university extension, intersecting with teaching to denaturalize and question everyday practices, linking with the intervention-research of Institutional Analysis, and shifting towards what we refer to here as research-extension. The data produced reflect the heterogeneity of the territory, characterized by specific challenges in the areas of health and education. By observing these encounters, it is noted that the territorial context directly influences collective exchanges and constructions, modulating PSE actions to better meet the local needs of the community, as well as presenting alternatives for pedagogical models, and university extension as a means of fostering encounters. Thus, research-extension constitutes an ethical dimension of research that enables investigation and intervention "with" – university, professionals, community.

Keywords: Teaching; Intervention Research; Subjectivation; School

Introdução

Este artigo é parte de pesquisa de mestrado[1] realizada na cidade de Guaíba, Rio Grande do Sul, com profissionais das

escolas públicas, unidades de saúde, profissionais de saúde da família, assistência social e demais servidores cuja atuação apresentasse caráter transversal com o Programa Saúde na Escola (PSE), executado no período de 2018-2019 no município.

O PSE é uma política proposta pelo governo federal a partir do Decreto Presidencial nº 6.286, de 05 de dezembro de 2007 (Decreto nº 6.286, 2007). Resultado da parceria entre os Ministérios da Saúde e da Educação, o decreto prevê recursos financeiros para executar ações de promoção, prevenção e atenção em saúde nas escolas, para intervir em contextos de vulnerabilidades, a partir de ações intersetoriais. Conforme preconizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a proposta traz consigo a ação intersetorial, incentivando a produção de ações entre os serviços de saúde e de educação, entre outros.

No município de Guaíba, região metropolitana de Porto Alegre, doze escolas participaram do PSE, sendo duas de educação infantil e quatro de ensino fundamental sob a gestão do município, além de uma de ensino fundamental e cinco de ensino médio sob a gestão do Estado. Além das escolas, participaram profissionais de saúde dos mais diversos setores, tais como: vigilância em saúde, atenção psicossocial, saúde da mulher, oftalmologia, entre outros.

Para acompanhar os processos de subjetivação, priorizamos uma postura ética, estética e política, a fim de uma escuta das diferenças e da criação de um campo que busca se posicionar contra aquilo que bloqueia o desejo (Barros & Kastrup, 2009). Sendo assim, trata-se de uma abordagem que envolve a identificação e a resolução de obstáculos ou bloqueios que impedem uma pessoa de alcançar seus desejos e objetivos pessoais (Rolnik, 1993). Com o intuito de analisar quais os processos de subjetivação se produzem entre os profissionais de saúde e de educação, participantes do PSE, no município de Guaíba – RS, foi utilizado um diário de campo para registrar e apresentar processos de subjetivação e demais possibilidades para os encontros através de uma abordagem pesquisa-extensão.

O Programa Saúde Na Escola No Município De Guaíba

O PSE, implementado em 2007 (Decreto nº 6.286, 2007), tem passado por transformações ao longo dos anos. Essas

mudanças ocorrem tanto em resposta às demandas específicas dos territórios de saúde e educação quanto em decorrência de diretrizes e metas estabelecidas, muitas vezes rígidas, previamente. Ademais, o cenário político influencia significativamente essas alterações, com diferentes gestões e governos trazendo visões diversas sobre esses temas, o que impacta diretamente como o Programa é implementado. Em sua versão vigente, de 2017, o PSE inclui 12 ações prioritárias, as quais refletem tanto essas realidades locais como as orientações dos gestores (Portaria Interministerial nº 1.055, 2017).

A intersetorialidade emerge como um conceito central no desenvolvimento das políticas públicas, sendo uma forma de suprir as lacunas das políticas setoriais. Autores como Junqueira (2000), Inojosa (2001), Schutz e Mioto (2010) e Nascimento (2010) defendem que as políticas setoriais, por sua natureza incompleta, beneficiam-se de uma abordagem intersetorial. Isso permite uma troca de saberes e uma atuação mais eficaz na garantia dos direitos sociais. A Constituição de 1988 reforçou esse conceito, destacando a importância de integrar diferentes setores no planejamento, execução e avaliação das políticas públicas. Junqueira, Inojosa e Komatsu (1998) definem a intersetorialidade como a articulação de saberes e experiências, para alcançar resultados integrados em situações complexas, visando um impacto positivo no desenvolvimento social.

Apesar de sua relevância, a intersetorialidade enfrenta desafios de implementação. Ainda que esteja alinhada com os objetivos da gestão pública, sua aplicação prática, muitas vezes, não corresponde às propostas delineadas nos marcos regulatórios da seguridade social. Como apontam Carmo e Guizardi (2017), as dificuldades em articular as políticas intersetoriais revelam lacunas no processo de consolidação dessa abordagem no Brasil.

A extensão universitária desempenha um papel fundamental na construção de uma universidade socialmente responsável. Introduzido pela Reforma de Córdoba em 1918 (Gomez, Corte & Rosso, 2018), o conceito de extensão estabelece um compromisso social para as universidades, posicionando os estudantes como protagonistas de sua própria formação acadêmica. No Brasil, a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 (Lei nº9.394,1996) reconhecem a extensão como indissociável

do ensino e da pesquisa, e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, 2014) propôs a inserção curricular da extensão nos cursos de graduação. Entretanto, esse processo gerou novos desafios, como a necessidade de recursos financeiros, a aproximação das universidades com as comunidades e a criação de atividades que dialoguem com as realidades locais de maneira não assistencialista (Gomez, Corte & Rosso, 2018).

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, prevista no Art. 207 da Constituição Federal de 1988, é um princípio essencial para garantir uma atuação acadêmica voltada para a transformação social. Contudo, essa integração enfrenta obstáculos, como a pressão por produtividade acadêmica e a sobrecarga dos pós-graduandos, que dificulta a aproximação das universidades com as comunidades (Costa, 2018). A pesquisa-extensão deve considerar as relações entre os atores envolvidos, os processos desenvolvidos e os impactos gerados, buscando integrar o conhecimento acadêmico com a realidade dos territórios (Cristofoletti & Serafim, 2020).

A Pesquisa-Extensão Como Proposta Metodológica

A universidade, como instituição pública, deve se articular com outras políticas públicas em prol do bem comum, e a extensão universitária fomenta essa colaboração. Seguindo os princípios, aqui já explanados, que, desde a Reforma de Córdoba (1918), regem a extensão universitária como um compromisso socia reforçados pelo arcabouço legal brasileiro (Gomez, Corte & Rosso, 2018). Pois, por meio da extensão universitária, é possível derrubar "os muros" que dividem a sociedade acadêmica da sociedade não acadêmica, proporcionando uma real integração, tanto para identificação de problemas como para a solução dos mesmos.

Dessa forma, a pesquisa-extensão é metodologicamente complexa e exige a avaliação das relações, processos e impactos da extensão nas comunidades, a pesquisa, nesse contexto, posiciona-se como uma ferramenta prática que promove movimentos dialógicos entre extensão e comunidade, reconhecendo e intervindo nos campos de poder. Segundo Lourau (2004), a análise das intervenções modifica tanto os demandantes quanto os analistas, já que todos estão implicados na experiência coletiva.

A análise de implicação proposta pelo Institucionalismo considera que todo conhecimento é produzido em um campo de forças, envolvendo valores e interesses que moldam a subjetividade. Guattari e Rolnik (1986) destacam que a subjetivação, além de individual, é capitalística, conectando a produção cultural, social e material. Foucault (2006) reforça que os modos de subjetivação estão diretamente influenciados pelos contextos sociais, históricos e econômicos.

A pesquisa-extensão se configurou como uma metodologia essencial tanto para a compreensão dos processos de subjetivação quanto para a intervenção em políticas públicas. Ao atuar diretamente no campo, o pesquisador observa e intervém nas situações vividas, criando um ambiente de aprendizagem ativa. Segundo Passos e Barros (2009), o conhecimento emerge de um campo de forças que constitui a realidade, e a intervenção funciona como um dispositivo que articula saberes, discursos e práticas, estabelecendo uma rede colaborativa entre diferentes atores.

A pesquisa-extensão, por sua vez, transforma-se em um dispositivo que torna visíveis os processos subjetivos envolvidos nas práticas universitárias e nos desafios das políticas públicas de saúde e educação, como o Programa de Saúde na Escola. Esse dispositivo, compreendido como um emaranhado de forças e subjetivações, desestabiliza visões rígidas da realidade e nos convida a explorar novas possibilidades de existência (Deleuze& Guattari, 1995-1997). Nesse contexto, a análise de implicação emerge como uma ferramenta existencial que provoca inquietações e desarticula práticas e discursos instituídos, promovendo uma micropolítica da diferença (Coimbra, 1995).

A partir dessa concepção, a pesquisa-extensão costurou os pilares da universidade — ensino, pesquisa e extensão — num movimento contínuo de integração e transformação. Esse processo gera intervenções que desafiam o campo de atuação e permitem uma ação mais assertiva e coletiva, envolvendo a comunidade diretamente na implementação de políticas como o Programa de Saúde na Escola. Ao deslocar a intervenção para o âmbito da extensão, a universidade se torna uma via para o processo ético de pesquisa, apoiada pela análise de implicação e pelos pilares indissociáveis da instituição acadêmica.

Lourau (2004) propõe os conceitos de campo de intervenção e campo de análise, sugerindo que a análise surge do

envolvimento coletivo. Nesse processo, o Institucionalismo afirma que todo conhecimento é produzido em um campo de implicações cruzadas, onde os valores e interesses dos sujeitos estão sempre em jogo. Isso permite a criação de condições para a singularização, ou seja, a produção de subjetividades singulares a partir das práticas e discursos institucionais.

Guattari e Rolnik (1986) contribuem para essa discussão ao destacar que a subjetividade é produzida em conexão com as realidades sociais, culturais e materiais que nos cercam. Para os autores, a subjetivação capitalística, por exemplo, é moldada pelo jogo de forças que afeta a percepção dos indivíduos sobre o mundo. Nesse contexto, a subjetividade não é algo estático, mas um processo em constante transformação, influenciado pelas condições históricas, sociais, políticas e econômicas (Foucault, 2006).

Ressalta-se, novamente, que a metodologia de pesquisa se acopla à extensão universitária, transformando-se em pesquisa-extensão, um processo que fortalece o papel da universidade na promoção do conhecimento. Esta pesquisa visa não apenas produzir dados, mas tornar visíveis os processos de subjetivação que ocorrem durante a interação entre o pesquisador e o campo. Ao adotar a noção de dispositivo de Deleuze, que se refere a um emaranhado de linhas de diferentes naturezas, a pesquisa-extensão busca explorar as múltiplas forças em jogo no campo e os atravessamentos que modulam as subjetividades (Deleuze& Guattari, 1995-1997).

O conceito de dispositivo, como descrito por Lourau (1993), atua como uma ferramenta metodológica para análise social coletiva, permitindo que os pesquisadores articulem a heterogeneidade dos elementos presentes no campo. Essas "linhas" que compõem o dispositivo podem estar separadas ou conectadas, mas, ao serem analisadas, revelam as tensões e os jogos de força que moldam a realidade.

Portanto, ao compreender os processos de subjetivação, reconhecemos que não existe um sujeito universal, mas sim sujeitos moldados pelas práticas e discursos das instituições. Esses processos criam modos de subjetivação que são plurais e atravessados por uma multiplicidade de fatores. Para Guattari e Rolnik (1986), essa produção de subjetividade é inerente ao modo como percebemos e nos relacionamos com o mundo, sendo constantemente moldada pelas forças sociais, políticas e econômicas.

Pesquisa-Extensão E Processos De Subjetivação

Será apresentado o percurso da pesquisa com base nos registros feitos em diário de campo de modo cronológico. Os procedimentos da pesquisa consistiram na realização de uma formação em formato de extensão universitária, com oficinas e rodas de conversa como forma de restituição[2] do processo de pesquisa, totalizando 40 horas/aula, e a utilização de diário de campo. Foram abordadas questões a respeito das situações de trabalho, ações preestabelecidas do Programa de Saúde na Escola, visando contribuir para a articulação de uma rede intersetorial no município, baseada na integralidade. O processo de pesquisa se iniciou em janeiro de 2018, no momento em que um dos pesquisadores propôs construir uma extensão universitária em conjunto com os profissionais de saúde e educação do município de Guaíba, associada à pesquisa de seu mestrado acadêmico. A proposta foi aceita pelos secretários de saúde e educação e construída ao longo daquele ano.

Para compor os encontros, foram convidados representantes de diversos serviços, e as reuniões foram ministradas por profissionais das áreas de saúde e educação, que desenvolveram e aplicaram suas próprias metodologias. A inscrição dos(as) profissionais foi realizada via formulário enviado pelas Secretarias de Saúde e Educação, garantindo a participação de profissionais de diferentes áreas e serviços. Essa diversidade de perspectivas enriqueceu a investigação e permitiu um intercâmbio de práticas e conhecimentos. Os momentos ocorreram nas sextas-feiras, entre maio e julho de 2018, com um intervalo para atividades planejadas e retorno em novembro para a finalização do processo. Durante esse período, foram realizados oito encontros, que reuniram profissionais da saúde e da educação para debater as 12 ações prioritárias do PSE. A condução dos encontros foi sempre feita por um(a) profissional de cada área (em duplas), incentivando a integração interdisciplinar e a construção coletiva de saberes. Os ministrantes, oriundos de áreas como pedagogia, biologia, medicina e história, adaptaram os conteúdos às especificidades das ações do programa, facilitando o compartilhamento de experiências e reflexões.

Durante os encontros, os profissionais utilizaram abordagens

diversas que privilegiavam a participação ativa e o diálogo entre as equipes de saúde e educação, rompendo com a ideia de uma relação unidirecional, em que a saúde apenas "entra" na escola. Entre as metodologias destacadas, algumas abordagens específicas se mostraram fundamentais para integrar saúde e educação de maneira dinâmica e participativa. As oficinas participativas, por exemplo, foram utilizadas no combate ao mosquito *Aedes aegypti*. Nessa estratégia, os profissionais da saúde estimularam os estudantes a mapear e eliminar possíveis focos do mosquito dentro e fora do ambiente escolar. Essa prática proporcionou um aprendizado contextualizado, no qual os alunos desempenharam um papel ativo, assumindo o protagonismo nas ações preventivas.

Outra metodologia importante foram as rodas de conversa, utilizadas para tratar temas como a prevenção ao uso de álcool e outras drogas. A dinâmica permitiu a criação de um ambiente de confiança, no qual os jovens se sentiram à vontade para discutir questões sensíveis, fortalecendo o vínculo entre os diferentes atores envolvidos.

Ademais, as intervenções lúdicas se destacaram nas atividades voltadas à promoção da saúde bucal. Os profissionais de saúde optaram por utilizar jogos e encenações teatrais para ensinar práticas de higiene dental, tornando o processo de aprendizado mais leve e acessível aos alunos. O uso de ferramentas lúdicas reforçou o conhecimento de maneira eficaz, permitindo que os educandos assimilassem as informações de forma mais interativa e divertida.

Essa multiplicidade de metodologias reflete o caráter rizomático da articulação entre os setores da saúde e da educação. A intersecção entre esses campos se deu de maneira dinâmica e criativa, promovendo o engajamento tanto dos educandos quanto dos profissionais. Cada encontro abordava uma ação específica do PSE (Portaria Interministerial nº 1.055, 2017) e reforçava a criação de uma escola promotora de saúde, onde o saber era construído de forma compartilhada e interativa.

Ao final dos encontros, foi realizada uma avaliação coletiva para refletir sobre o percurso. Solicitou-se que os profissionais da saúde e da educação respondessem, em um papel em branco, à pergunta: “O que é Saúde com a Escola?”. A mudança intencional da preposição “na” para “com” teve como objetivo provocar uma

problematização sobre a horizontalidade dessa relação intersetorial, questionando a visão tradicional de que a saúde deve sobrepor-se ao território escolar.

A partir das respostas obtidas, ficou claro que muitos profissionais reconheceram a necessidade de criar uma rede colaborativa entre escola e unidades básicas de saúde. Ao contrário do que o nome do programa (Saúde na Escola) pode, inicialmente, sugerir, o objetivo maior foi articular, de forma conjunta, as ações a serem desenvolvidas no espaço escolar. Essa concepção reforça a ideia de que a saúde é um processo coletivo e contínuo, que não se limita à simples inserção de profissionais da saúde na escola, mas envolve a construção de uma rede viva, que se reinventa a partir das necessidades locais e das relações horizontais estabelecidas entre todos os envolvidos.

Apresentamos, a seguir, um recorte de análise, por meio da fala de uma das participantes, que a pesquisa propiciou. *"Saúde X Escola – A escola é o local onde podemos desenvolver e promover saúde. A saúde na escola, desenvolvida de forma integrada entre os profissionais de saúde e de educação, pode atingir e abranger com mais intensidade toda a comunidade envolvida, pois traz conhecimento dos "assuntos", assim disseminando a informação de forma adequada e integrada. Caminhamos na mesma direção, o bem-estar do cidadão de forma plena e saudável. Na escola, os alunos são um terreno fértil para a disseminação da informação"* (A).[3] O X que separa saúde e educação, simbolizando um confronto, reafirma que esse é um campo de disputas. As duas áreas, com suas trajetórias institucionais e políticas, muitas vezes, encontram-se em embate. No entanto, esse X não deve ser visto apenas como uma barreira intransponível, mas sim como um ponto de tensão que revela as complexidades dos encontros entre esses setores. O cotidiano dos profissionais de saúde e de educação é frequentemente atravessado por questões políticas, institucionais e culturais, interferindo em suas práticas de cuidado. Entretanto, ao mesmo tempo, esses encontros habitam a esfera da micropolítica, onde a transformação é possível. Eles estão sempre em aberto, operando sob a influência de alteridades intercessoras que podem reconfigurar as subjetividades envolvidas. Nessas interações, emergem múltiplas formas de subjetivação que vão além dos processos biopolíticos tradicionais, permitindo que novas formas de

singularização se manifestem (Guattari & Rolnik, 1986).

Essa ideia de singularização ressalta que, no coração dessas disputas, há uma potencialidade criativa. O encontro entre saúde e educação não precisa ser meramente um espaço de confrontação, mas pode se tornar um território fértil para a construção de novas formas de cuidado e aprendizado, que transcendem as lógicas hierárquicas e institucionais. Assim, o X, em vez de separar de forma rígida, pode ser visto como um espaço de cruzamento, onde as práticas se entrelaçam e se reinventam, abrindo caminhos para práticas que ultrapassam a reprodução de normas e possibilitam a criação de novas subjetividades e modos de cuidado.

Nesse contexto, as práticas cotidianas dos profissionais não se restringem aos moldes biopolíticos de gestão de corpos e populações, mas abrem-se à singularização de experiências, reconhecendo a complexidade e a multiplicidade de subjetividades que compõem os sujeitos envolvidos. Portanto, o cuidado deixa de ser uma prática unidimensional para se tornar um processo de invenção, em que saúde e educação se encontram não como campos isolados, mas como redes rizomáticas, que se interconectam de forma viva e fluida.

Ademais, observou-se uma certa mobilidade no trabalho dos servidores. Durante os encontros, ficou evidente que eles se conhecem e têm clareza sobre seus respectivos setores e locais de atuação. Isso sugere que haveria uma oportunidade valiosa para uma maior articulação entre eles, possibilitando a troca de experiências e perspectivas sobre os diferentes territórios em que estão inseridos. Os encontros na micropolítica são intensamente pedagógicos, como afirmam Ceccim e Merhy (2009), marcados por trocas entre saberes e fazeres, que constroem processos em um fluxo contínuo de convites, desterritorializações e criações. Esse movimento rizomático abre espaço para a colaboração entre os diversos profissionais, possibilitando a articulação e a criação de novas práticas de cuidado e atenção integral.

Vários servidores públicos, atuando em diferentes setores, participaram dessa articulação. Suas reflexões sobre o processo destacam a importância do trabalho em rede e das práticas cuidadoras. A seguir, são apresentados mais alguns relatos dos servidores. *“É trabalho em rede, é pensar no cidadão de forma integral. Com ações*

que visem a prevenção, a reflexão e o desenvolvimento das pessoas e da sociedade como um todo" (B), *"Saúde e Escola é articulação de ideias e parcerias em prol do pleno desenvolvimento do aluno, enquanto portador de direitos"* (C), *"Planejamento, trocas de experiências, aprendizado tanto para educação como para a saúde"* (D).

As falas evidenciam que os encontros possibilitaram, além da troca de conhecimentos entre os setores, o surgimento de novas formas de pensar o cuidado. A avaliação final dos participantes, conforme será observado a seguir, reflete essa transformação. *"O trabalho era mais pontual, mas parece que hoje as portas estão mais abertas"* (E), *"Para nós, foi muito bom conhecer o pessoal do posto [de saúde] e discutir os casos"* (F), *"No passado, a gente fazia sem sentido, agora, a gente consegue pensar junto. Seria legal os pais saberem mais disso"* (G), *"Agora, vimos que a escola continuou o trabalho porque eles lembram da gente, da história"* (H), *"Deveria permanecer uma educação em saúde"* (I).

Essas falas mostram a construção de uma rede viva (Leung, Cunha, Merhy & Kritski, 2023), ou seja, uma ampliação das conexões entre saúde e educação. Ao longo dos encontros, surgiu uma comunidade colaborativa que incluiu diferentes portadores e produtores de saberes, cada qual com sua linguagem e ferramentas. Pela escuta ativa das realidades, novos conceitos e práticas emergiram, produzindo condições para experiências inovadoras no cuidado.

Apesar de as instituições operarem suas lógicas e subjetivarem comportamentos por meio de regras formais, os encontros questionaram essa estrutura rígida, avançando além da concepção dicotômica de ensino e aprendizagem. Aqui, o aprendizado se torna uma via de mão dupla: aprende-se para ensinar e ensina-se para aprender, rompendo com o modelo tradicional de sala de aula.

A construção rizomática mencionada não se limita ao âmbito educacional, ela reflete nas práticas cotidianas de cuidado e na subjetivação dos envolvidos. Ao invés de trabalhar de forma fragmentada, os profissionais começaram a enxergar o X – que antes separava saúde e educação – como um ponto de encontro e de expansão de suas práticas. A rede se expande e se fortalece, rompendo barreiras e criando novas conexões, demonstrando o poder da colaboração intersetorial na

construção de práticas mais humanas e integradas.

Considerações Sobre Os Processos

O artigo apresentou um contexto em que profissionais de saúde e de educação estão trabalhando juntos em uma abordagem interdisciplinar para promover saúde nas escolas. Isso está relacionado ao conceito de "trabalho vivo", como postulado por Emerson Merhy (2014), que se concentra na colaboração e na ação conjunta de profissionais de diferentes áreas em busca de objetivos comuns.

Merhy é conhecido por sua abordagem no campo da saúde pública, onde ele defende a importância do trabalho colaborativo entre profissionais de saúde, como médicos, enfermeiros e outros, a fim de melhorar a qualidade da atenção à saúde. Ele argumenta que o "trabalho vivo" é aquele que ocorre no encontro direto entre os profissionais de saúde e os pacientes e enfatiza a importância da interação humana, da troca de conhecimentos e experiências, e da construção conjunta de soluções para problemas de saúde.

Na pesquisa, vemos que os profissionais de saúde e educação estão se reunindo para avaliar seu trabalho conjunto na promoção de saúde nas escolas. Eles discutem como a escola pode ser um local para promover a saúde de forma integrada e destacam a importância da colaboração entre esses profissionais para atingir esse objetivo. Essa abordagem se alinha com o conceito de "trabalho vivo" de Merhy (2014), que enfatiza a importância da colaboração e da ação conjunta na busca por soluções de saúde mais eficazes.

O conceito de rizoma, proposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995-1997), descreve uma estrutura não hierárquica e não linear que se expande de maneira conectada e imprevisível, o oposto de uma estrutura hierárquica e linear. O rizoma é caracterizado por sua natureza descentralizada e sem um ponto de origem definido, onde as conexões se estendem em várias direções. Isso pode ser relacionado ao contexto da pesquisa com as conexões que foram se tecendo.

A pesquisa descreve os encontros entre os profissionais de saúde e educação como "micropolíticos" e intensamente pedagógicos, com trocas de saberes e fazeres. Isso reflete a ideia de um rizoma, onde o conhecimento e as práticas fluem de forma constante e imprevisível, em vez de seguir uma estrutura hierárquica rígida. O trabalho conjunto dos profissionais de

saúde e educação em busca da promoção da saúde na escola envolve a colaboração de diferentes áreas de conhecimento. Essa colaboração não segue uma hierarquia fixa, mas se estende em várias direções, onde diferentes perspectivas e especialidades se entrelaçam, o que é congruente com o conceito de rizoma.

A relação entre a produção de subjetividade na intersetorialidade, o conceito de rede viva (Merhy, 2014) e o rizoma de Deleuze e Guattari (1995-1997), são bastante evidentes no contexto descrito nesta pesquisa. A seguir, tem-se a conexão entre esses conceitos:

A Produção de Subjetividade na Intersetorialidade envolve a colaboração e a interação entre diferentes setores ou áreas, como saúde e educação. Essa colaboração leva à produção de novas subjetividades, ou seja, à formação de novas maneiras de pensar, agir e se relacionar. Na pesquisa, os profissionais de saúde e educação estão trabalhando juntos para promover a saúde nas escolas, o que implica a produção de uma subjetividade compartilhada que visa à promoção da saúde na comunidade escolar.

O conceito de rede viva se refere a uma estrutura de colaboração e interconexão em constante evolução. As redes vivas são adaptativas, não hierárquicas e flexíveis. Na pesquisa-extensão, os profissionais de saúde e educação estão construindo uma rede viva por meio de seus encontros, onde ocorrem trocas de conhecimento, experiências e práticas. Essa rede viva é caracterizada pela fluidez e flexibilidade, sem estruturas de poder rígidas, refletindo o conceito de rizoma. O rizoma é uma metáfora que descreve uma estrutura não hierárquica, onde as conexões se estendem em várias direções, sem um ponto de origem fixo. Os profissionais de saúde e educação estão operando em uma configuração semelhante a um rizoma, onde as colaborações e interações ocorrem de maneira não linear e sem uma hierarquia estrita. As conexões entre os profissionais se estendem em várias direções, e a produção de subjetividade é uma consequência desse processo.

Em resumo, a pesquisa-extensão movimentou um cenário em que a intersetorialidade entre saúde e educação resulta na formação de uma rede viva, onde os profissionais colaboram em um sistema não hierárquico, o que, por sua vez, promove a produção de subjetividade compartilhada. Essa dinâmica reflete os princípios do rizoma de Deleuze e Guattari (1995-1997), onde as conexões são

múltiplas, imprevisíveis e em constante evolução.

O processo de pesquisa-extensão tensionou e ressignificou o papel da pesquisa e da extensão dentro da universidade, promovendo um diálogo constante entre a prática de pesquisa e a extensão universitária. Atuou como um articulador e facilitador dos encontros entre profissionais da saúde e da educação. Os participantes da pesquisa contribuíram ativamente para a construção da extensão, o que fortaleceu a experiência de ensino em interação direta com a universidade.

Através da pesquisa-extensão, a universidade reafirmou o conceito de indissociabilidade de seus três pilares: ensino, pesquisa e extensão. Esse movimento não apenas aproximou a universidade da comunidade de maneira mais eficaz, mas também desencadeou uma série de encontros entre os serviços de saúde e educação, tornando visíveis os processos de subjetivação e promovendo o diálogo e a criação de novas práticas no território.

A metodologia aplicada promoveu um diálogo constante entre pesquisa e extensão universitária, integrando o ensino para questionar e refletir sobre as práticas do cotidiano. Essa abordagem, inspirada na pesquisa-intervenção da Análise Institucional, deu origem ao que chamamos de pesquisa-extensão. Nesse modelo, a extensão universitária não só complementa a pesquisa, mas também cria oportunidades para encontros colaborativos entre universidade, profissionais e comunidade. Os dados revelam que essa combinação sugere novas alternativas pedagógicas e práticas de intervenção, estabelecendo uma relação ética e ativa, em que todos os envolvidos participam da criação de soluções. Assim, a pesquisa deixa de ser apenas uma análise e passa a ser também um processo transformador, que intervém e contribui para mudanças verídicas nas realidades locais.

Ao promover o encontro entre os serviços de saúde e educação, tornou-se evidente a criação de linhas de subjetivação, nas quais os profissionais se reconheceram mutuamente como parceiros e compartilharam suas práticas. Esse intercâmbio fortaleceu a ideia de um trabalho em rede intersetorial, onde as ações se tornam mais integradas e colaborativas. O movimento dessas linhas de subjetivação é o que gera mais recursos e possibilidades para aprimorar e expandir as ações no cotidiano, tornando o trabalho

conjunto mais dinâmico e eficaz na transformação das realidades locais.

Referências

Barros; L. P., Kastrup, V. (2009). Cartografar é acompanhar processos. InE. Passos, L. Escóssia &V. Kastrup (Org.), *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 52-75). Porto Alegre, Brasil: Sulina.

Carmo, M. E., Guizardi, F. L. (2017, 31 de outubro). Desafios da intersetorialidade nas políticas públicas de saúde e assistência social: uma revisão do estado da arte. *Physis: Revista de Saúde Coletiva* – SciElo, v. 27, n. 4, p. 1265-86. doi: https://doi.org/10.1590/S0103-73312017000400021

Ceccim, R. B., Merhy, E. E. (2009, 19 de maio). Um agir micropolítico e pedagógico intenso: a humanização entre laços e perspectivas. *Interface (Botucatu): comunicação, saúde, educação* – SciElo, v. 13, pp. 531-42. doi:https://www.scielo.br/j/icse/a/DZvqBvW5mYGqKZ5YMxnQhdf/?lang=pt

Coimbra, C. M. B. (1995, janeiro). Os caminhos de Lapassade e da análise institucional: uma empresa possível? *Revista do Departamento de Psicologia* – UFF, v. 7, n. 1, p. 52-80. Recuperado de: https://asdocs.net/2Nn4m

Constituição da república federativa do brasil de 1988. (1988). Presidência da República. Recuperado de:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Costa, J. F. A. (2018, 22 de junho). Articulação entre pesquisa, ensino e extensão: um desafio que permanece. *Revista Ciência em Extensão*, v. 14, n. 2, pp. 9-19. Recuperado de: https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/1970/1966

Cristofoletti, E. C., Serafim, M. P. (2020, 17 de fevereiro). Dimensões metodológicas e analíticas da extensão universitária. *Revista Educação e Realidade* – SciElo, v. 45, n. 1, 2020. doi: https://doi.org/10.1590/2175-623690670

Decreto nº 6.286 de 05 de dezembro de 2007. 6.286. (2007). Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. Presidência da República. Recuperado de: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1726-saudenaescola-decreto6286-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192

Deleuze, G., Guattari, F. (1995-1997). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia.* Rio de Janeiro, Brasil:Editora 34.

Foucault, M. (2006).*A ordem do discurso: aula inaugural no collège de france, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo, Brasil: Loyola.

Gomez,S. R. M., Corte, M. G. D. & Rosso, G. P. (2018, 24 de dezembro).A

reforma de córdoba e a educação superior: institucionalização da extensão universitária no Brasil. *Revista Internacional de Educação Superior* - Internationaljournal of highereducation, v. 5, pp.1-21. Recuperado de: https://www.researchgate.net/publication/332008893_A_Reforma_de_Cordoba_e_a_educacao_superior_institucionalizacao_da_extensao_universitaria_no_Brasil

Guattari, F., Rolnik, S. (1986). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Rio de Janeiro, Brasil: Vozes.

Inojosa, R. M. (2001). Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. *Cadernos Fundap*, n. 22, pp. 102-110. Recuperado de: https://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/sinergia_politicas_servicos_publicos.pdf

Junqueira, L. A. P., Inojosa, R. M. & Komatsu, S. (1998) Descentralização eintersetorialidade na gestão pública municipal no brasil: a experiência de fortaleza. In J. A. Bonifacio& F. L. Segrera (Org.), *El tránsito de la cultura burocrática al modelo de la gerencia pública: perspectivas, posibilidades y limitaciones*. (pp. 63-124). Caracas, Venezuela: Unesco/Clad.

Junqueira, L. A. P. (2000, novembro – dezembro). Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde. *Revista de Administração Pública*, v. 34, n. 6, pp. 35-45. Recuperado de: https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6346/4931

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. 9.394. (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. 13.005. (2014). Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Presidência da República. Recuperado de: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

Leung, J. A. M., Cunha, F. T. S., Merhy, E. E. &Kritski, A. L. (2023, 04 de dezembro). As redes vivas na produção do cuidado com o usuário na centralidade do tratamento para tuberculose multidroga resistente. *Interface (Botucatu): comunicação, saúde, educação* – SciElo, v. 28, pp. 01-15. doi: https://doi.org/10.1590/interface.230182

Lourau, R. (1993). Análise institucional e práticas de pesquisa. Rio de Janeiro, Brasil:Eduerj.

Lourau, R. (2004). Objeto e método em análise institucional. In S. Altoé (Org.), *René Lourau, analista institucional em tempo integral* (pp. 66-86). São Paulo, Brasil: Hucitec.

Lourau, R. (2004). Implicação – transdução. In S. Altoé (Org.), *René Lourau, analista institucional em tempo integral* (pp. 186-198). São Paulo, Brasil: Hucitec.

Lourau, R. (2004). Campo socioanalítico. In S. Altoé (Org.), *René Lourau, analista institucional em tempo integral* (pp. 224-225). São Paulo, Brasil: Hucitec.

Merhy, E. E. (2014). *Saúde: a cartografia do trabalho vivo.* (4. ed.). São Paulo, Brasil: Hucitec.

Nascimento, S. (2010, janeiro - março). Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. *Serviço Social & Sociedade* – SciElo, São Paulo, n. 101, pp. 95-120. doi: https://doi.org/10.1590/S0101-66282010000100006

Passos, E., Barros, R. B. (2009). Diário de bordo de uma viagem-intervenção.In E. Passos, L. Escóssia & V. Kastrup (Org.), *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 172-200). Porto Alegre, Brasil: Sulina.

Portaria Interministerial nº 1.055, de 25 de abril de 2017. (2017). PSE ciclo 2017/2018.Documento orientador: indicadores e padrões de avaliação. Ministério da Saúde e da Educação.Recuperado de:http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/documento_orientador_monitoramento_pse_2017_2018.pdf

Rolnik, S. (1993, 23 de junho). Palestra proferida no concurso para o cargo de Professor Titular da PUC/SP, realizado em 23/06/93. *Cadernos de Subjetividade* - Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade, Programa de Estudos Pós Graduados de Psicologia Clínica, PUC/SP, v.1, n.2, pp. 241-251. Recuperado de: https://www4.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/pensamentocorpodevir.pdf

Schutz, F., Mioto, R. C. T. (2010, janeiro – junho). Intersetorialidade e política social: subsídios para o debate. *Sociedade em Debate*, v. 16, n. 1, pp. 59-75. Recuperado de: https://revistas.ucpel.edu.br/index.php/rsd/article/view/337/295

Notas

[1] Aprovada pelo CEP 3.061.145 - trata-se de resultados elaborados em uma dissertação de mestrado do programa de pós-graduação em psicologia social e institucional (PPGPSI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFGRS – intitulada Experiência Intersetorial e Processos de Subjetivação no Programa Saúde na Escola em um Município da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS - no período de 2017-2019.
Na restituição, a análise da produção dos dados produzidos é aberta ao questionamento dos participantes.
Assim como constou na dissertação, utilizamos letras do alfabeto em maiúscula, a fim de preservar a identidade dos participantes.

Vinicius Cardoso Pasqualin: Doutorando em Educação (PPGEdu/UFRGS), Mestre em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI/UFRGS, 2019), Psicólogo (ULBRA, 2013) especialista em família e psicologia clínica com ênfase em casal e sexualidade (DOMUS, 2016/2017). Atualmente também é professor no curso de bacharelado em Psicologia na FACTUM. Suas áreas de pesquisa abrangem Psicologia Social, Psicologia Escolar e Educacional, Processos de despatologização e subjetivação, políticas públicas, interlocuções entre saúde e educação e intersetorialidade.

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5706-082X
E-mail: pasqualinvinicius@gmail.com

Suzana Feldens Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2001) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2010), com período de doutorado sanduíche na Arizona State University (ASU), Estados Unidos. Pós-Doutorado em Educação pela UFRGS (2011). Atualmente, é professora do curso de Psicologia da Universidade do Vale do Taquari - Univates e docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino - Univates. Coordenadora do Grupo de Pesquisa do Diretório CNPq: Juventudes, Imagem e Educação. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Currículo, Espaço, Movimento (CNPq).
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2913-9191
E-mail: suzifs@univates.br

Rosemarie Gartner Tschiedel: Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1986), mestrado em Psicologia Social e da Personalidade pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1997) e doutorado em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006). Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no Departamento de Psicologia Social e Institucional e docente no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, PPGPSI-UFRGS. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social e Análise Institucional, atuando principalmente nos seguintes temas: redes e políticas públicas, formação e trabalho, saúde mental e atenção básica e saúde mental e infância e adolescência, processos grupais e subjetividade.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3490-2120
E-mail: rosetschiedel@gmail.com

Submetido em: 24/10/2024
1ª Rodada: 04/11/2024
Aceito em: 21/12/2024

Contribuição dos autores:

Conceitualização: V.C.P.R.G.T
Redação do manuscrito: V.C.P.S.F.S
Análise dos dados: V.C.P
Revisão e edição: V.C.P.R.G.T

Financiamento: Não há fontes de financiamento senão a dos próprios autores